



INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH
HOSPITAL METROPOLITANO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (CNPJ 23.453.830/0029-70)
EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO DE 06 A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZ. DE 2023 E 2022 (Em reais)				DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS			
Notas		2023	2022	Notas		2023	de 06/12 a 31/12/22	2023		de 06/12 a 31/12/22	
ATIVO				Receitas Operacionais				ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Circulante				Serviços prest. pac. SUS				Superávit do Exerc./período			
Caixa e equiv. de caixa	4	22.825.303	5.218.053	(-) Glosas		151.437.604	12.360.464	4.243.895	2.570.749		
Contas a receber	5	30.749	2.060.077	Receita Líquida		149.377.527	12.360.464	Ajustes para reconciliar o supe- rávit do exercício com o caixa			
Estoques	6	2.511.045	2.412.562	Custos				Depreciação/Amortização			
Outros créditos		210.280	54.368	Serviços de terceiros		(74.060.143)	(5.219.983)	12.777	2		
Despesas antecipadas		105	-	Pessoal e encargos		(25.251.388)	(1.562.615)	Superávit do Exercício/ período Ajustado			
Contratos de gestão	3m	61.802.320	-	Materiais e medicamentos		(26.057.506)	(1.762.094)	4.256.672	2.570.751		
Total do Ativo				Superávit operacional		24.008.490	3.815.772	(Aumento)/Redução do Ativo			
Circulante		87.379.802	9.745.060	Despesas				Contas a Receber			
Não Circulante				Pessoal e encargos		(6.312.847)	(390.654)	2.029.328	(2.060.077)		
Partes relacionadas	12	-	3.460.703	Impostos, taxas e contribuições		(7.711)		Estoques	(98.483)	(2.412.562)	
Imobilizado – Próprio	7a	176.840	3.448	Depreciação/amortização		(12.777)	(2)	Outros Créditos	(155.912)	(54.368)	
Intangível - Próprio	7b	574	-	Desp. gerais e administr.	14	(13.863.276)	(678.737)	Despesas Antecipadas	(105)	-	
Total do Ativo				Superávit Antes do				Aumento/(Redução) do Passivo			
não Circulante		177.414	3.464.151	Resultado Financeiro		3.811.879	2.746.379	Fornecedores	1.771.371	6.928.606	
Total do Ativo		87.557.216	13.209.211	Financeira Líquidas				Obrigações Trabalhistas	4.202.229	1.551.802	
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL				Despesas financeiras		(143.629)	(4.452)	Obrigações Sociais	1.013.035	271.070	
Circulante				Receitas financeiras		582.378	-	Obrigações Fiscais	249.341	108.816	
Fornecedores	8	8.699.977	6.928.606	Superávit antes de				Outras Contas a Pagar	1.031.996	4.918	
Obrigações trabalhistas	9	5.754.031	1.551.802	outras desp e Rec.		4.250.628	2.741.927	Fluxo de Caixa gerado pelas			
Obrigações sociais	10	1.284.105	271.070	Outras Despesas e Receitas				atividades operacionais			
Obrigações fiscais		358.157	108.816	Doações e subvenções		33.866	38.364	ATIVID. DE INVESTIMENTO			
Outras contas a pagar	11	1.036.914	4.918	Outras receitas e despesas		(40.599)	(209.542)	Aquis. de Ativo Imob. e Intang.			
Partes relacionadas	12	304.402	270.584	Superávit do exercício/período		4.243.895	2.570.749	(186.743)	(3.450)		
Contratos de gestão	3m	61.820.320	-					Fluxo de caixa consumido			
Total do Passivo				DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES				pelos ativid. de investimento			
Circulante		79.239.906	9.135.796	DO PATRIMÔNIO SOCIAL				ATIVID. DE FINANCIAMENTO			
Patrimônio Social				Patrimônio	Superávit			Incorpor. ao Patrimônio Social			
Patrimônio social		4.073.415	1.502.666	Social	Acumulado	Total		Partes Relacionadas			
Superávit acumulado		4.243.895	2.570.749	Saldo em 06/12/22	-	-		3.494.521 (3.190.119)			
Total do Patrim. Social		8.317.310	4.073.415	Incorp. ao Patrim. Social	1.502.666	1.502.666		Fluxo de caixa gerado/(cons.)			
Total do Passivo e				Superávit do período	-	2.570.749	2.570.749	pelos ativid. de financiam.			
Patrimônio Social		87.557.216	13.209.211	Saldo em 31/12/22	1.502.666	2.570.749	4.073.415	Aumento em caixa e			
				Incorp. ao Patrim. Social	2.570.749	(2.570.749)		equivalentes de caixa			
				Superávit do Exercício	-	4.243.895	4.243.895	Mov. em caixa e equiv. de caixa			
				Saldo em 31/12/23	4.073.415	4.243.895	8.317.310	No início do exercício/período			
								No fim do exercício/período			
								22.825.303 5.218.053			
								Aumento em caixa e			
								equivalentes de caixa			
								17.607.250 5.218.053			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO DE 06 A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais)

1.CONTEXTO OPERACIONAL a. Objetivos Sociais O Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMEU) está localizado na BR-316, KM 3, s/n, Bairro - Guanabara, Ananindeua/PA, CEP: 67.010-000, e faz parte da rede pública do estado do Pará. Todo atendimento é voltado ao SUS, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. **b. Contrato de Gestão** Considerando o Contrato Emergencial de Gestão 5º Termo Aditivo nº 10/ SESPA/2022 celebrado entre o Instituto Nacional de Saúde de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará SESPA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem desenvolvidas no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMEU), firmado em 01 de dezembro de 2023 e vigente até 28 de maio de 2024. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2º: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187/2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEI-

RAS a. Declaração de Conformidade Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1). Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 11 de Março de 2024. **c. Base de Mensuração** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir: **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados

nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor b. **Estoques** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado i. Reconhecimento e Mensuração** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Instrumentos de Cirurgia	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Móveis e Utensílios Hosp.	10%
Eq. Informática	20%
Aparelhos Telefônicos	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software.

Taxa Anual de Amortização - %	
Software	20%

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos**

e Estimativas A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

i. Provisões para Riscos Judiciais A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias.

ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa E constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável.

g. Apuração do Superávit/Déficit O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.

h. Reconhecimento de Receitas As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.

i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.

k. Patrimônio Líquido Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m. Contratos de Gestão Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao pas-

Continua...